



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

PROJETO MEMÓRIA DO SERVIDOR		
EVENTO: Entrevista	Nº: 1831/12	DATA: 17/12/2012
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 16h22min	DURAÇÃO: 01h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h36min	PÁGINAS: 35	QUARTOS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

**NILZA TEIXEIRA SOARES** - ex-Diretora da Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

**SUMÁRIO:** Depoimento ao Projeto *Memória do Servidor* do Núcleo de História Oral da Coordenação do Arquivo da Câmara dos Deputados.

OBSERVAÇÕES

Conferência da fidelidade de conteúdo e complementação a pedido pela entrevistada – Núcleo de História Oral/Seção de Pesquisa de Disseminação de Informações Arquivísticas/Coordenação de Arquivo/Centro de Documentação e Informação em 04/07/2013.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Núcleo de História Oral e de Imagem e Som, Brasília, 17 de dezembro de 2012, às 14 horas e 45 minutos, depoimento ao Programa Memória do Servidor, Projeto Diretoria da COARQ, entrevistador : Vanderlei Batista dos Santos. Para dar início a nossa entrevista, fale seu nome, local de nascimento e discorra um pouco sobre sua formação educacional e cultural antes de seu ingresso na Câmara dos Deputados.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu nasci no Rio de Janeiro, sou carioca. Nasci numa chácara em Jacarepaguá, local para onde minha mãe foi devido a estar muito fraca. Sobre minha formação educacional, devo mencionar os 4 (quatro) anos que passei em Portugal, dos 9 (nove) aos 13 (treze) anos. Meu pai era português e fez questão de levar toda a família para visitar a mãe dele, ou seja, a minha avó.



Estudei na escola do padre da Freguesia de Varziela, Distrito de Felgueiras, próximo da cidade do Porto. O padre era o professor que lecionava todas as matérias.

Quando meu pai mandou as passagens para minha mãe voltar para o Brasil com as filhas, porque ele já tinha vindo antes com os meninos, com os rapazes, um outro padre lá da aldeia falou: *“A Nilza, para não dizer que vai brilhar, vai se dar bem no Brasil, porque ela aprendeu muito aqui da língua portuguesa e lá no Brasil se fala muito mal a nossa língua”*. E eu, realmente, sempre cultivei muito gramática, a ortografia e influenciei muitas pessoas que conviveram comigo, inclusive um afilhado meu, a quem eu perguntava o que ele queria ser quando crescesse e que dizia que não queria ser nada, que queria acertar na loteria. Hoje em dia ele é professor de Português. Para minha surpresa, ele se mostrou apaixonado pela Língua Portuguesa e é professor de Português aqui em Brasília, leciona, dá aulas particulares, já passou em concurso para o Governo do DF. Então, isso, para mim, foi muito gratificante.

Também como lembrança dos meus estudos, da minha infância, eu me lembro de uma professora chamada Ruth que escreveu no meu livro de poesias e pensamentos, vários pensamentos, na 5ª série do curso primário. Antigamente era moda, as crianças terem um álbum para todos escreverem alguma coisa. E ela dizia, em um dos pensamentos, que *“a desculpa dos que não têm tempo é a perda de tempo, por falta de método”*. É muito interessante. Isso foi em 1943, em uma escola pública lá no Rio de Janeiro. Agora, quando à formação cultural, lembro-me dos Concertos para a Juventude, todos os domingos pela manhã, no Rio de Janeiro e ainda dos espetáculos de balé que havia no Teatro Municipal.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Sua experiência profissional anterior.

**A SRA NILZA TEIXEIRA SOARES** - No Brasil, na hora do segundo grau, minha irmã mais velha opinou: vai fazer o de técnico de administração e ela não admitia que eu pensasse em científico ou clássico na época. Esses cursos eram para os ricos. Eu tinha que pensar em trabalhar.

Então, eu fiz o técnico de administração na Escola Técnica do Colégio Amaro Cavalcanti, no Rio e logo em seguida fiz um concurso para auxiliar administrativo do serviço público, um concurso realizado pelo DASP. Tirei o segundo lugar. Eu só



havia cometido um errinho na prova e eu queria ainda corrigir — percebi que tinha errado — mas lá dizia que não podia usar borracha. Eu era muito nova, achei que não podia usar mesmo borracha e deixei aquele errinho. Tirei o segundo lugar naquele concurso. Logo que saíram os resultados, a minha irmã Anita, que era do DASP e que opinou dizendo que eu tinha que fazer o Curso de Administração, disse que todos os seus amigos do DASP queriam que eu fosse trabalhar lá, mas eu não quis, preferi esperar pelo lugar para onde saísse minha lotação e a minha lotação saiu para a Biblioteca do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

E digo assim: a minha sorte estava lançada, porque entrei na área de Biblioteconomia e Documentação e dela não saí mais. Fui trabalhar na Biblioteca do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde a Diretora do Centro de Documentação, já naquela época chamava-se Centro de Documentação, era a bibliotecária paulista Irene de Menezes Dória, que havia viajado para o Rio de Janeiro na companhia do Rubens Borba de Moraes, que depois veio para Brasília e foi professor na UnB, altamente especializado em obras raras. Logo Irene Dória me ofereceu um cargo de bibliotecária auxiliar. Aquela minha irmã achou uma temeridade eu aceitar uma coisa de que eu nunca tinha ouvido falar, não tinha estudado nem nada, mas eu confiei que podia, que eu iria dar conta. E, quando houve realmente seleção por concurso para esse cargo de bibliotecária auxiliar, eu já estava habilitada a fazer a prova e a responder todas as questões sobre Biblioteconomia e Estatística, pois a prova incluía estatística. Tudo muito fácil. Logo fui inscrita pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no curso de Biblioteconomia ministrado em 2 (dois) anos pela Biblioteca Nacional, intitulado Curso Superior de Biblioteconomia. Terminei em 1948, em 2º lugar da turma. Meu diploma foi registrado na Diretoria de Ensino Superior do MEC. Hoje em dia, esse curso faz parte do FEFIERJ, como eles chamam Federação das Faculdades Isoladas do Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, frequentei um curso de línguas no DASP, que oferecia cursos de língua gratuitos depois do expediente. O expediente era de 11h às 17h. No serviço público, todo funcionário trabalhava de 11h às 17h. Aí estudei inglês por vários anos seguidos e, um belo dia, o DASP abriu um concurso de bolsas para os Estados Unidos, patrocinado pelo Ponto IV, de um acordo internacional entre o



Brasil e aquele país. Eu me inscrevi para a Especialização em Documentação Administrativa. Havia ainda especialização em orçamento, material, pessoal, etc. Além da prova escrita sobre o assunto escolhido, fui submetida à prova oral e escrita de inglês. Passei também por uma entrevista com banca examinadora, em que se fazia presente a própria diretora dos cursos do DASP. Eu fui muito bem, tanto na prova escrita quanto na dissertativa: *“Como reorganizar o curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional”*. Quando eu soube que tinha sido selecionada, que havia ganho uma bolsa de estudos, que eu iria para os Estados Unidos, que eu ficaria lá 1 (um) ano, teria uma bolsa bem gorda em dólares e ainda poderia receber meus vencimentos transferidos também em dólar, nos Estados Unidos, eu não consegui dormir naquela noite. Minha primeira noite de insônia foi essa. Realmente foi terrível, porque ganhar tudo isso assim foi demais para mim.

Foram meus companheiros de especialização, creio ser importante mencionar, o José Washington de Almeida Moura, que depois foi bibliotecário da Câmara, a Aída Furtado, que foi bibliotecária das Nações Unidas e Manoel Vanderlei, todos da Biblioteca Nacional. O Vanderlei era muito inteligente, competente e brilhou nos cursos que fizemos na American University: só tirava menção A. Eu ia caminhando como podia. Fui aluna do professor Ernest Posner, alemão, que fora para os Estados Unidos implantar o Arquivo Nacional daquele país, o que só ocorreu em 1934. O nosso Arquivo Nacional, se não me engano, é de 1834. Foi previsto na Constituição de 1824, mas levou 10 anos para ser instalado. De qualquer maneira, os Estados Unidos também recolhiam os arquivos à Biblioteca do Congresso e só posteriormente criaram o Arquivo Nacional, que é um monumento. O Professor Posner, especialista em arquivos históricos, deu-me a primeira aula sobre avaliação. Ainda hoje tenho um exercício que ele passou sobre um acervo acumulado de uma hipotética instituição para avaliação e definição de prazos de guarda ou descarte. Creio que nasceu aí minha vocação para a avaliação, que consiste em ver o acervo arquivístico reduzido no seu volume, sem prejuízo da informação. Fui aluna também da Sra. Helena Chatfield, que dava aulas sobre arquivos correntes e intermediários. Fiz estágios na Biblioteca do Congresso, no Arquivo Nacional, em Washington e visitei alguns arquivos no Estado vizinho de Virgínia. Tive a oportunidade, nessa época, de conhecer a primeira máquina de



laminação de documentos frágeis, inventada por um cidadão americano chamado Barrow. Depois desse ano de experiência em arquivo, fui convidada a permanecer em Nova York, no Escritório Comercial do Brasil, para organizar a biblioteca daquele escritório. Era o então chamado Brazilian Trading Bureau, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em plena Quinta Avenida. Se não me engano, ainda existe até hoje.

Voltei para o Brasil e continuei na Biblioteca do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Comecei a trabalhar ainda mais com Irene Dória, participei de reuniões da ABNT sobre documentação e prestei serviços na Fundação Getúlio Vargas, o que foi interessante e fui trabalhar algumas horas na Fundação Getúlio Vargas. Trabalhei com o Constitucionalista Themístocles Cavalcanti. Tive a oportunidade de traduzir os verbetes de uma bibliografia analítica sobre política, publicada posteriormente na *Revista de Direito Público e Ciência Política*, do Instituto de Direito Público e Ciência Política, da Fundação Getúlio Vargas. Constan do volume 1/2, de julho/dezembro de 1958, páginas 274-310. Meu ingresso na Câmara: Logo depois de ter voltado ao Brasil, após a bolsa nos Estados Unidos e minha permanência no Brazilian Trading Bureau, a Câmara dos Deputados abriu inscrição para concurso público para cinco vagas de bibliotecário. A Câmara já contava com três bibliotecários “de ponta”: Lêda Laboriau, Ada Coaraci e Juracy Feitosa Rocha.

Logo me inscrevi e comecei a estudar com afinco. Aprendi todas as regras do Código de Catalogação do Vaticano. Eles fizeram uma prova bem difícil e eu acertei todas as questões. Na prova de classificação pela CDU — Classificação Decimal Universal — fiquei muito desanimada, pois tinha errado uma questão que valia 20 pontos. Quase desanimei do concurso, mas resolvi continuar. Houve também prova de tradução do francês e do inglês, e me saí relativamente bem. Mas a decisão do quinto lugar veio na prova de Bibliografia e Referência, elaborada pela bibliotecária Lydia Sambaquy, que dirigia o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD à época. A Câmara dava vista de prova, como acontece até hoje, antes de revelar de quem é a prova realmente. Quando eu entrei na Biblioteca da Câmara para ver minha prova de Bibliografia e Referência, Lêda Laboriau, Diretora da Biblioteca, me recebeu com uma prova na mão e perguntou: “*Essa prova é sua?*”.



Eu olhei e disse que era. *“Então o quinto lugar é seu.”* O que decidiu a minha entrada para a Câmara foi aquela prova de Bibliografia e Referência. *“Que beleza!”* eu falei. A sensação era de ter acertado na loteria.

Eu era bibliotecária do Executivo, letra F e passaria para o Legislativo na letra M. Iria dar um pulo enorme. Essa foi uma oportunidade funcional fantástica na minha vida. Eu ia trabalhar com Tereza Napoleão, primeiro lugar no concurso, Edson Nery da Fonseca, que foi bibliotecário aqui na Câmara. Antonieta Piedade Requião e José Washington de Almeida Moura, estes últimos da Biblioteca Nacional. Quero também mencionar, pois tenho esse dado nas minhas anotações, que aquele quinto lugar foi com média 80,58. Para você ver o nível do concurso, a concorrente ao quinto lugar foi Jannice Monte-Mór. Ela perdeu para mim nesse dia. Para mim foi muito bom, para ela deve ter sido muito ruim, mas depois ela teve uma carreira brilhante: foi Diretora da Biblioteca Nacional.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Uma vez entrando na Câmara dos Deputados, qual foi a sua lotação, como foi recebida aqui? Quais as características do órgão em que a senhora trabalhou? Que funções foram desempenhadas?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Vou falar agora. Fui lotada na Seção de Catalogação da Biblioteca, até o dia em que fui trabalhar na Referência Legislativa, com Juraci Feitosa Rocha, chefe da Seção de Referência. Logo me identifiquei com o trabalho e idealizei a publicação da matéria Referência Legislativa, publicada no Boletim da Biblioteca. Na primeira parte, eu estruturava as ementas dos atos e, na segunda parte, o índice que remetia para a primeira. Essa inovação foi muito bem recebida. Nunca havia exercido qualquer chefia. É bom que se note. Eu era apenas responsável pela Referência Legislativa. Não havia função de chefe naquela época. Eram poucas as funções. E eu trabalhei com muito amor e carinho nessa área de Referência Legislativa, mas não tinha gratificação pela chefia. Era só responsável pelo setor.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Quando a senhora mudou?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Quando tive oportunidade de trabalhar em outro local que não a Biblioteca; foi para ser Diretora da Coordenação de



Arquivo. Nunca tinha exercido chefia, mas fui ser Diretora da Coordenação de Arquivo.

Quando ingressei no Arquivo, a Câmara passava por uma reorganização proposta pela Fundação Getúlio Vargas, em 1971, que se deteve a estudar os órgãos de documentação da Câmara e propôs a criação do Centro de Documentação — CEDI — com a Coordenação de Biblioteca, Coordenação de Arquivo, Coordenação de Publicações da Câmara e Coordenação de Documentos Parlamentares.

Lembro-me da Cordélia, fato muito interessante, Diretora do CEDI, reunindo pessoal de arquivo e transmitindo a notícia: *“Nilza vai ser a Diretora da Coordenação de Arquivo.”* Estavam sendo indicados, nesse momento, os chefes das seções que compunham essa coordenação: Astréa de Moraes e Castro, Seção de Documentos Históricos; Ernani Valter Ribeiro, Seção de Documentos Legislativos; Julieta Feitosa, Seção de Documentos Audiovisuais; Joazil Gardés, Chefe de Documentos Administrativos. (Hoje em dia é juiz, deixou a Câmara para tentar a vida no Judiciário e foi muito bem sucedido) e Maria Aparecida Santos, Chefe da Seção de Avaliação e Recolhimento. Não posso esquecer o desapontamento de Astréa. Ela queria ser a diretora. Entrara para a Câmara na condição de esposa que acompanhava o marido na mudança da Capital — ele, Mauro, era funcionário do Senado. Encontrei a equipe dos Documentos Históricos estruturada, já produzindo instrumentos de pesquisas em fichas. Devo mencionar que, embora voltada especialmente para o controle da produção documental da Câmara, para os documentos produzidos no desempenho das funções de seus órgãos, iniciei trabalho de fôlego sobre o acervo arquivístico da Assembleia Geral Constituinte do Império, de 1823. São 638 páginas com a descrição de documentos, na primeira parte e a sinopse de tramitação na segunda, onde conjugo o arquivo de originais com os arquivos impressos. Faço acompanhar da sinopse de tramitação, onde também registro se o documento ainda existe no arquivo ou se teria se perdido. Eu poderia, nessa época, ter lançado mão do *Diário da Assembleia*, de 17 de abril a 11 de novembro de 1823, editados à época e reeditados em 1973 em fac-símile pelo Senado Federal, mas optamos pela análise dos Anais dos Parlamentos Brasileiros, da Assembleia Constituinte de 1823, editado em 1874, em 6 (seis) volumes. Só assim conseguimos fazer um



levantamento da matéria que se encontrava editada e dos documentos que existem no arquivo no original. Evitamos a classificação por assunto ou palavra-chave que nos poderia levar a equívocos, além do erro maior de emprestar técnica específica da biblioteconomia.

Na tabela de convenções desse instrumento de buscas, do levantamento que fizemos do Arquivo da Assembleia de 1823, na página 168 podemos conhecer o respectivo quadro de sinopse e simbologia dos sinais, a saber: mais, menos, multiplicado, se existe no original e impresso. Enfim, foi um trabalho de fôlego muito bem feito, modéstia à parte. Não posso deixar de mencionar a minha satisfação ao visitar a Seção de Documentos Históricos aqui da Câmara, e saber que este instrumento de busca é sempre usado por pesquisadores, que o valorizam muito. Quero mencionar aqui a grande ajuda que recebi da bibliotecária Ofélia Drummond de Andrade Muller, lotada na COARQ na época. Ela foi meu braço direito para conseguirmos produzir esse inventário descritivo e analítico.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Na época, havia obviamente toda uma estrutura estabelecida, algumas funções. Quais as atribuições da Coordenação de Arquivo naquela época? Como eram as demandas efetivas da Casa para a Coordenação de Arquivo?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - As atribuições consistiam em atender às demandas da Casa e às demandas externas. O que notei é que não se confiava nos serviços que o Arquivo deveria prestar. As dependências do Arquivo só eram consideradas como depósito, a começar pela Taquigrafia. Eles não mandavam para o Arquivo o controle dos pacotes que transferiam para Arquivo; só eles sabiam o que estavam mandando, só eles tinham acesso. Para recuperar algo, eles próprios tinham que definir: *Queremos tal pacote*. A direção do Arquivo era sempre entregue a funcionários de alto escalão que haviam perdido cargos de gabinetes, de membros da Mesa e que nada faziam pelo Arquivo. Eu lembro bem de uma história, em certa ocasião, quando atendi na Biblioteca um pesquisador estrangeiro que falava português. Logo percebi que o que ele queria possivelmente encontraria no Arquivo da Câmara e sugeri a ele que fosse lá. A Biblioteca já estava nas novas dependências do Anexo II e o Arquivo continuava no 17º andar do Anexo I. O



pesquisador foi lá e voltou muito enfurecido, dizendo assim: “*Aquele Diretor tem raiva de quem procura o seu serviço*”. Imagina! Era assim que a coisa funcionava.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - E quanto à formação dos servidores do arquivo?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Quanto à formação, eles tinham boa formação e bom relacionamento, mas acima de tudo tinham muito amor ao trabalho e acreditavam no que faziam. Embora não fossem especialistas no assunto, acreditavam no que faziam e tinham muita dedicação.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Então, o ambiente de trabalho, o relacionamento entre eles...

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Era muito bom e acreditavam no que faziam. Todo o pessoal que encontramos lá, como eu falei, era dedicado e apaixonado pelo que fazia.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Em 1959, a senhora trabalhou no Arquivo Nacional.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Sim, fui cedida pela Câmara para trabalhar no Arquivo Nacional, mas eu simplesmente continuei a identificação dos projetos de lei sancionados. Sobre o que faziam lá, eu nada inovei. Não propus qualquer reestruturação da Sessão Legislativa no Arquivo Nacional. O bom foi que trabalhei com o professor historiador José Honório Rodrigues, que mais tarde ficou muito meu amigo. Foi muito bom nesse sentido. Quanto ao Curso Permanente de Arquivo, que era oferecido regularmente, eu não frequentei. Ao contrário. Eu ministrava algumas aulas sobre métodos de arquivamento. A responsável era Maria Luiza Dannemann.

Agora, por outro lado, além desses cursos regulares que o Arquivo Nacional ministrava, em uma ocasião, o diretor do Arquivo convidou o Professor Boullier de Branche que era um arquivista formado pela École des Chartes, em Paris, para vir ao Arquivo Nacional para ajudar a formar o pessoal. E o meu desempenho nesses cursos sobre arranjo de arquivos permanentes nos anos 1959 e 1960, me valeu uma recomendação para que me fosse dada a oportunidade de fazer o Estágio Internacional de Arquivos, que o Arquivo Nacional de Paris oferecia. De fato, quando eu ganhei uma bolsa do Conselho Britânico, fui falar com o Adido Cultural na



Embaixada da França. Eu desejava aproveitar minha ida à Europa e permanecer algum tempo na França vendo os arquivos. E ele me perguntou se eu havia frequentado o curso de Boullier de Branche. Eu disse que sim e que ele havia recomendado meu nome. O adido abriu uma gaveta, tirou uma pasta e o meu nome estava lá mencionado. “*A senhora vai ganhar bolsa.*” E me deu uma bolsa, sem eu fazer muita força, porque foi recomendação do Prof. Boullier de Branche.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Em 1962, a Câmara teve sua estrutura administrativa reestruturada. Então, o Arquivo e a Biblioteca continuavam separados e continuaram separados até 1971. Como é que funcionava efetivamente? Havia uma relação entre eles?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu não acompanhei a reforma de 1962. Quanto à de 1971, fui indicada pela diretora da Biblioteca para acompanhar os trabalhos do grupo e tive oportunidade de colaborar muito. Entendeu?

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Em 1965, a Dona Astréa começou a trabalhar no Arquivo e no ano seguinte apresentou um relatório sobre a Sessão Histórica. Como era a relação profissional entre vocês duas nessa época?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - A Astréa foi lotada na Seção de Documentos Históricos, ocupou a chefia e teve grande mérito de organizar exposições, dando a conhecer a riqueza do acervo do arquivo histórico, que remonta a 1823. Nessa época, eu não tinha qualquer relacionamento com Astréa. O que lembro é que ela publicou um pequeno livro relatando visitas que fizera a arquivos europeus, a começar pela Torre do Tombo, em Portugal. Lembro ainda que Lêda Laboriau sugeriu que ela deveria pedir estágios em arquivos europeus ou na América, porém Astréa não concordou e ficou um pouco ofendida, pois ela achava que já estava habilitada no assunto.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Gilda Amora assumiu a direção do Arquivo em 1967. Como funcionava o Arquivo de então e como foi a administração da Gilda? Quem passou a dirigir o Arquivo até então?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** – D. Gilda Amora realmente dirigiu o Arquivo, mas em nada contribuiu para o seu desenvolvimento. A Astréa estava à vontade para atuar, para montar suas exposições e se dedicar ao seu trabalho



apaixonado pelos arquivos. Realmente a situação era essa. A Diretora era uma pessoa muito simpática, interessante, foi minha amiga, mas nada fez. Não podia fazer porque não tinha condições de desenvolver qualquer metodologia ou plano de trabalho. Mas a Astréa desenvolveu muito a Seção de Documentos Históricos. Com essas exposições, ela revelou a riqueza do Arquivo Histórico, praticamente revelou o Arquivo da Câmara dos Deputados, que era desconhecido.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A senhora já mencionou que teve uma participação na reforma administrativa de 1971. Poderia detalhar isso?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu não só acompanhei essa reforma, como tive efetiva participação na nova estrutura.

Realmente, a Câmara dos Deputados foi o primeiro órgão a contar com uma unidade que deveria acompanhar a produção documental de todos os seus setores e definir o prazo de guarda dos documentos. Até então, esse trabalho, no serviço público, era executado por comissões temporárias, que não conheciam a inter-relação dos documentos e que opinavam sobre o prazo de guarda, o que, na verdade, era uma temeridade. Paulo Afonso de Oliveira, que Deus o tenha em bom lugar, indicou meu nome para a direção da Coordenação de Arquivo, quando da reforma de 1971, o que assegurou à Coordenação de Arquivo a primeira direção técnica com especialização no assunto. Eu tenho o mérito de ser a primeira diretora técnica que realmente entendia do assunto.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A reforma criou, em 1971, o Centro de Documentação, como a senhora mencionou ao qual o Arquivo ficou subordinado. Quais foram as mudanças do Arquivo anteriores a 1971 que a senhora conseguiu observar efetivamente e a partir da Resolução nº 20?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - A grande mudança, a partir de 1971 foi a preocupação com a produção documental e a redução do seu volume, sem prejuízo da informação. Os servidores da Câmara não demonstraram descontentamento, exceto a Astréa, que não me aceitava. Aliás, tratava-me com muita cortesia, delicadamente, era muito fina, muito educada, mas continuava na sua posição de achar que tinha sido injustiçada porque iniciou o trabalho de divulgação do Arquivo e não foi a diretora.



**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Em 1972, a senhora foi designada Diretora da Divisão de Arquivo.

Quais foram os principais desafios além desse aspecto de avaliação, de redução da massa?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Quando nós chegamos ao arquivo, eu e minha equipe, a que foi designada, notamos que tudo precisava ser feito. Encontrei, por exemplo, uma sala literalmente entulhada com pacotes de provas de todos os concursos realizados pela Câmara desde o Rio de Janeiro. Veja só: trabalhamos para colocar em ordem naquela massa documental e aplicamos o princípio da guarda por amostragem de cada concurso e logramos uma redução de 98% do espaço, equivalente à redução por microfilmagem, sem recorrer a essa tecnologia, o que seria também um erro, se fosse aplicada. Então, com o princípio da seleção por amostragem, fizemos um pequeno maço de cada concurso reduzindo a 1(um) metro e qualquer coisa, o que ocupava um espaço enorme, uma sala como falei. Eu considero que foi uma vitória espetacular.

O grande desafio, como já mencionei, foi reduzir a massa documental já recolhida, produto de atividades de rotina, sem prejudicar a informação, preservando documentos recapitulativos, outra coisa que também se aprende quando se estuda arquivologia: há documentos que recapitulam dados. Então, resumidamente, há todas as informações, porque uma massa documental maior pode ser descartada e o documento recapitulativo, preservado. Indiretamente, provocamos a redução de espaços ocupados por vários órgãos da Câmara, com arquivos de uso pouco frequente. Nossa preocupação maior foi com a qualidade da informação e a grande conquista foi que os órgãos da Câmara passaram a confiar no Arquivo. Não havia, absolutamente, confiança. Foi uma grande conquista e o grande desafio se deu com a Taquigrafia, como eu já falei, que mandava todo o material para o Arquivo, mas só quem sabia do seu conteúdo era a própria Taquigrafia. Não havia guia de recolhimento acompanhando o material. As transferências eram cegas. Conseguimos que as transferências viessem acompanhadas das respectivas guias, o que tornou mais racional essa guarda.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A senhora mencionou que já havia participado de alguns treinamentos no exterior, o que, com



certeza, lhe dá condições de tecer um panorama brasileiro e internacional daquela época.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Realmente, o meu primeiro treinamento no exterior foi na bolsa que eu já mencionei, do DASP, e já falei dos professores. Fiz treinamentos no Arquivo Nacional e estagiei na Biblioteca do Congresso, com ênfase em microfilmagem e bibliografia; à época, a microfilmagem estava no auge, era moda. Fui também bolsista do Conselho Britânico e estagiei no Parlamento inglês, na House of Lords e no Public Record Office, o Arquivo Nacional da Inglaterra. Nesse mesmo ano, ganhei outra bolsa, como já citei, para o programa de cooperação técnica oferecida pelo Arquivo Nacional da França. Tive oportunidade então de conhecer de perto o país que teve o primeiro Arquivo Nacional. Realmente, foi de grande importância. Paris, onde os arquivos são considerados e respeitados, há até uma Rua dos Arquivos (Rue des Archives). Treinei ainda nos Estados Unidos e no Canadá, com visitas em grupo, que a Câmara oferecia. Agora, interessante mesmo foi o primeiro Congresso Internacional de que participei o oitavo, com o título *Revolução nos Arquivos*. Lá estavam eu, a Astréa, o Esposel, da Universidade Fluminense e a Regina Alves Vieira, do Arquivo Nacional. Foi sensacional. O meu enriquecimento profissional foi muito grande. O grande desafio era reduzir a massa documental dos arquivos modernos, sem prejuízo da informação. A arquivística nacional estava dando os primeiros passos com a fundação da AAB, Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971. O I Congresso Brasileiro de Arquivologia foi realizado em 1972, no Rio de Janeiro, com o Dr. Raul Lima como Diretor. Realizava-se, então, o oitavo congresso, em 1972, nos Estados Unidos e também o I Congresso Brasileiro de Arquivologia.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Aproveitando essa deixa, como é que foi o período inicial da arquivística brasileira, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971 e o primeiro congresso, em 1972?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** – Importante, nessa época, foi vivenciar a Teoria das Três Idades, o que era algo desconhecido. A *Revolução nos Arquivos*, em Washington, falava disso. Essa teoria foi trazida para o Brasil. Depois, tive a oportunidade de verificar que se encontravam acumulados em grandes depósitos, sem nenhum tratamento, sem nenhum cuidado, os arquivos do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, do Ministério da Educação e Cultura, aqui em Brasília, do Ministério do Interior, assim por diante. Não sei se, hoje em dia, já dizimaram



aquele acervo do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, porque realmente não acompanhei mais. Não sei ao certo o que foi feito e o que ainda há por fazer. O que sabemos é que a Constituição de 88, nas suas Disposições Transitórias, reza sobre o compromisso que os órgãos públicos têm de gerenciar os seus documentos e o direito que os interessados têm de acessá-los. O art. 216, IV, § 2º trata disso. Foi uma conquista muito grande que a Constituição mencionasse o valor dos arquivos e o direito que as pessoas têm de ter acesso aos mesmos.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - E quanto à associação e ao Congresso de Arquivologia?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - A criação da AAB deu-se no dia 20 de outubro de 1971, hoje considerado o Dia do Arquivista. E foi por iniciativa do Prof. José Pedro Pinto Esposel e de um grupo de arquivistas, incluindo Maria de Lourdes Costa e Souza, Marilene Leite Paes e Luiza Dannemann. Durante o I Congresso Brasileiro, em 1972, no Rio de Janeiro, foi instituída uma comissão para preparar o anteprojeto de lei que definiria o currículo mínimo do curso superior de Arquivologia no Brasil. Não sei bem, mas eu me lembro de que o Conselho Federal de Educação, em resolução, estabeleceu o currículo mínimo. Foi o que ficou valendo até hoje ou até que houvesse a criação de novos cursos.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Em 1974/1975, as publicações em português sobre Arquivologia eram mínimas.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** – Eram escassas. Mas há que se lembrar a publicação da AAB: *Arquivo & Administração*, editada a partir de outubro de 1972, grande instrumento de propagação da Arquivologia no Brasil, existente até hoje, inclusive digitalizada até 1990.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Gostaria então que a senhora comentasse sobre a sua participação efetiva na tradução dos dois manuais de arquivo.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Realmente, em 1974, eu comecei a traduzir o livro do Schellenberg, *Arquivos Modernos*, bem como *Arquivos Correntes: Organização e Funcionamento*, do Canadá. Uma coisa deve ser dita: a Celina do Amaral Peixoto, que tanto fez pela Arquivologia no Brasil, quando começou a construir a política de arquivos nacionais, não se limitou a confiar nos arquivologistas que atuavam na época; pelo contrário, ela deixou todo mundo de lado e tratou de



criar cabeças que pudessem ajudá-la, pessoas de nível superior que trabalhavam com ela. Recrutou sua equipe de nível superior e iniciou os estudos de arquivologia para implantar a Política Nacional de Arquivos no Brasil. Isso tudo, realmente, se deve à atuação da Celina. Quanto à tradução de *Arquivos Modernos*, os originais foram entregues ao Professor José Honório Rodrigues, que os teria repassado à Editora José Olympio e a editora me chamou para traduzir. Eu comecei a traduzi-lo, mas quando dei por concluída a tradução do livro, desse trabalho, o Arquivo Nacional se encontrava sob a direção de Raul Lima. Eu o procurei em vez de ir à livraria. Como ele vinha da Fundação Getúlio Vargas, entendeu de passar os direitos autorais a essa entidade, que me pagou pela tradução. Recentemente, a Fundação Getúlio Vargas reimprimiu essa obra, sem revisão, o que eu lamento, pois, depois de tantos anos de militância na área, os termos técnicos, sem dúvida, carecem de revisão.

Devo dizer que não ousei entregar os originais de *Arquivos Modernos* para a edição como bibliotecária. Só o fiz depois de ser nomeada Diretora do Arquivo. Havia aí uma questão minha, de escrúpulo. Só o fiz depois de nomeada Diretora da Coordenação de Arquivo, do Centro de Documentação da Câmara dos Deputados.

Tive o cuidado de ler o trabalho com a antiga arquivista brasileira e professora na área, já mencionada, Maria de Lourdes Costa e Souza. Nessa época, Maria de Lourdes residia em Brasília e eu ia todas as tardes a sua casa para fazermos a revisão e a adaptação da terminologia arquivística. Menciono esse fato no próprio prefácio da edição brasileira de 1974. Creio que seria de bom alvitre que alguém que continue na ativa se propusesse a fazer uma releitura dessa obra para atualizá-la e corrigir, se for o caso, eventuais termos técnicos. Eu não tive a oportunidade de fazer isso. A Fundação Getúlio Vargas poderia ter me chamado para fazer uma segunda edição revista — eu a teria feito — mas não me chamou, simplesmente reimprimiu. Quanto à obra canadense *Arquivos Correntes: Organização e Funcionamento*, publicada em 1975, originalmente em 1969, sob o título *Record Organization and Operation*, os direitos autorais também foram obtidos através do Professor José Honório Rodrigues. A proposta de tradução foi formulada a mim, pelo Professor Raul Lima. Nessa oportunidade, eu já estava mais familiarizada com a terminologia tanto em português quanto em inglês e com os termos usados no dia a



dia do arquivista. Eu lembro que essa obra era bastante utilizada e o Diretor ficou muito satisfeito, inclusive com o título eu havia dado.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - *Organização e Funcionamento.*

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - *É. Organização e Funcionamento, de arquivos correntes.*

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Na sua visão, como eram as relações entre os servidores da Câmara dos Deputados, na área de Arquivo e dos outros servidores de instituições arquivísticas do País?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Bom, eu sei que a Astréa de Moraes e Castro tinha muito trânsito dentre os profissionais de arquivo. Ela liderava o movimento de valorização profissional. Eu, inicialmente, tive de vencer o problema de ser bibliotecária. Devido à rixa existente entre bibliotecários e arquivistas, isso me dificultou um pouco. Porém, com a especialização em Arquivos Correntes, Intermediários e Permanentes que obtive em cursos, estágios e visitas aos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e à França, não havia como confundir as metodologias e tratamentos; pelo contrário, eu estava bem atenta ao problema. Os profissionais de arquivos da CD, especialmente eu e Maria Aparecida Silveira Santos, *in memoriam*, fomos muito bem-aceitas. Nossas ideias foram acatadas, sobretudo em São Paulo, onde, tenho consciência, indiretamente ajudamos na implantação do Sistema de Arquivos daquele Estado.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Certo.

A conquista do prêmio do concurso de monografia da AAB...

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - O concurso era do Arquivo Nacional, com apoio da AAB.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Exatamente.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu tirei o primeiro lugar... A minha monografia era muito alentada e muito bem documentada. Então, em terra de cegos quem tem um olho é rei. Depois, uma foto foi publicada na revista da AAB. Aí, o Arquivo da Câmara começou a receber visitas em busca de metodologia de trabalho, inclusive uma equipe do Arquivo Nacional veio nos visitar para saber como nós trabalhávamos. Qual era a expectativa desses grupos? Formar arquivistas



devidamente capacitados para desenvolver sistemas de arquivos nos vários órgãos públicos e nas esferas dos Governos Federal, Estadual e Municipal, sem esquecer os profissionais que atuam nos organismos privados. Como já falei, a grande revolução dos arquivos veio a partir do VIII Congresso Internacional realizado em Washington em 1976, promovido pelo Conselho Internacional de Arquivo com o tema *A Revolução nos Arquivos*.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A senhora já citou a Astréa e a Maria Aparecida. Que outros tantos servidores a senhora poderia dizer que tiveram participação destacada na arquivística brasileira e que são da Câmara dos Deputados?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Sim, como eu já mencionei, a Astréa se lançou e foi de fato a pioneira na divulgação dos arquivos da Câmara. Quanto à Maria Aparecida Silveira Santos, posso dizer que foi gênio. Ela era um gênio. Ela, muito inteligente, acoplou os seus conhecimentos de administração, era formada em Administração, à minha proposta arquivística de redução da massa documental, sem prejuízo da informação. Devo à Aparecida o desenho dos formulários empregados nos levantamentos de rotinas a que procedemos. Aparecida era incansável e altamente especializada.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Em 1978 foi instituído o Sistema Nacional de Arquivos, pelo Decreto nº 82.308. O desenho desse sistema foi de alguma forma, influenciado pelo estudo desenvolvido na Câmara dos Deputados, em 1975?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu creio que sim. Como eu disse, recebemos a visita de uma equipe do Arquivo Nacional. Logo que começamos a explicar a nossa metodologia de controle da produção documental, as pessoas da equipe já se deram por satisfeitas. Parecia que haviam descoberto o caminho a trilhar. Essa foi a impressão que nos deixaram. Eles ficaram pouco tempo, ouviram e saíram felizes, modéstia à parte.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A lei que dispõe sobre o exercício da profissão de arquivista é de 1978, se não me engano. Como foi essa regulamentação, inclusive para o arquivista provisionado?



**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** – Sim, a Lei nº 6.546/78, regulamentada pelo Decreto nº 82.590/78 criou a figura do arquivista provisionado. Para ser credenciado como arquivista, bastava a pessoa provar que havia trabalhado em arquivo por 5 anos consecutivos ou 10 anos intercalados, ainda que não fosse em operações técnicas, mas apenas tomando conta do acervo, a pessoa já se poderia intitular arquivista. Quanto ao registro profissional era obtido na Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho. Lembro-me da resistência que houve quanto ao exercício da profissão de arquivista e de técnico de arquivo pelos responsáveis pelos papéis de gabinetes e escritórios. Só me lembro dessa resistência. Como assim? Precisava ser arquivista para se tomar conta de um arquivo mínimo de um escritório? Então, havia esse choque de interesse e eles realmente não precisavam ser formados em Arquivologia no Brasil ou no exterior, nem serem portadores de certificados de conclusão de curso técnico de Segundo Grau.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Perfeito. Continuando, passemos à regulamentação de 1984. O Executivo remeteu ao Congresso anteprojeto de lei que veio a ser identificado, na Câmara dos Deputados, como Projeto de Lei nº 4.895/84, posteriormente transformado na Lei nº 8.159, de 6 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. A senhora sabe como se deu? A senhora acompanhou a tramitação desse projeto de lei aqui na Câmara?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Acompanhei. Eu posso dizer o seguinte: tínhamos conhecimento do trabalho que estava sendo preparado, tanto que o Ministério da Justiça publicou a versão original desse projeto de lei ainda em fase de anteprojeto no *Diário Oficial da União*, em 1º de julho de 1981, dando o prazo de 3 (três) meses, para que, quem quisesse, dar sugestões.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Foi um tipo de consulta pública?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Consulta pública. Exatamente. Sugestões até 21 de setembro de 1981. O projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, por mensagem da Presidência, como todo mundo sabe, em 1984. Celina já deveria estar cansada de esperar. Porque, imagine que o texto foi divulgado em 1981, mas apenas em 1984 chegou à Câmara, depois de 3 (três)



anos. Celina já deveria estar cansada não só de esperar, como de se sujeitar à Assessoria Jurídica do Ministério da Justiça. Finalmente, foi o projeto encaminhado ao Legislativo em novembro de 1984, por uma mensagem da Presidência da República. O projeto foi distribuído e sujeito a emendas, cujos textos, como confessavam os próprios Deputados, eram de autoria da Diretora do Arquivo Nacional, Celina do Amaral Peixoto.

O projeto teve tramitação normal, pelo que pude observar, entre dezembro de 1984 e dezembro de 1986. Depois, houve um longo período em que ficou parado, dezembro de 1986 até abril de 1989, quando foi retomado. Por praticamente 3 (três) anos ficou o projeto parado. Ao ser retomado, o Presidente da Câmara dos Deputados fez nova distribuição. O projeto, que já se encontrava pronto para a Ordem do Dia, voltou à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, onde o Relator foi o Deputado Horácio Ferraz, designado em junho de 1989.

Na primeira etapa, o Relator havia sido o Deputado Arnaldo Maciel, a quem foi distribuído o projeto em maio de 1985. Então, 4 (quatro) anos se passaram até uma nova redistribuição. Em maio de 1990, o novo Relator apresentou um substitutivo no qual se viu, pela primeira vez, a expressão "gestão documental". Eu batalhei muito pela expressão "administração de documentos", assim como se administrava pessoal, material, etc., que se administrassem os documentos nos órgãos de origem. Na justificativa desse projeto, já na letra "c", pode-se ver a menção à nova Constituição de 1988. O Relator afirmou estar dando ao País uma versão mais moderna e atualizada, compatível com a Constituição e com a sistemática arquivística. Isso está dito lá na justificativa do relatório, no segundo momento em que foi examinado pela Comissão. É curioso ver que esse projeto levou tantos anos para ir à sanção presidencial. No entanto, em uma sessão em dezembro de 1990, foi apresentado um requerimento dos Líderes pedindo urgência urgentíssima para esse projeto que já estava na letra "d".

Apreciadas as emendas do Senado, os Deputados reclamavam que não sabiam o que estavam votando, tal era a pressa — imagine: que bom que na reta final houve pressa. Acredito, salvo melhor juízo, que tenha havido pressão política e interferência da Diretora do Arquivo Nacional. O que se sabe é que o substitutivo



aprovado, esse da segunda etapa, em dezembro de 1989 foi sancionado e transformado em lei em janeiro de 1991. E aí foi rápido: 1989, 1990, 1991.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Foram 3 (três) anos.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Voltou ao plenário da Câmara e, em janeiro de 1991, já era lei.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A senhora vem mencionando a questão do foco na redução da massa documental, sem prejuízo da informação. Esse era o escopo do Ato da Mesa nº 62, de 1985, que dispõe sobre a avaliação de documentos na Câmara dos Deputados.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Isso é verdade.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Como é que ele foi desenvolvido? Como foi essa elaboração?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Vou dizer a você o seguinte: foi muito morosa, realmente, a aprovação desse Ato da Mesa nº 62. Embora a Diretora do Arquivo continuasse a contar com a simpatia e com o apoio do Secretário-Geral da Mesa, Paulo Afonso de Oliveira, *in memoriam*, como já falei, pelo que pude observar, quando da mudança dos membros da Mesa, esse assunto nunca havia sido levado à apreciação, estava retido com o Paulo Afonso. A dificuldade foi que a Comissão de Avaliação por nós proposta havia colocado só um representante da Diretoria Administrativa. Nós não havíamos incluído um representante da Diretoria Legislativa, porque, no nosso entender, um membro da Diretoria Administrativa seria o suficiente para definir a destinação dos documentos arquivísticos, problemas de ordem administrativa, redução da massa documental, recuperação de espaços, com reflexos na economia da Câmara.

Era um problema de economia, não exatamente de legislação. Contudo, demos nova redação à minuta do ato e logo foi aprovado pela Mesa, depois de longo período de estagnação. Depois ainda houve uma instrução normativa, de 1986, esse documento era de 1985, e podemos afirmar que a grande mentora foi a Maria Aparecida. Houve, também, a colaboração de Ernani Valter Ribeiro quanto aos valores dos documentos, pessoa de grande erudição, que sempre se dispôs a colaborar com a minha administração. Não houve participação de outros órgãos da



Casa. Mas a simpatia e o apoio do próprio Diretor Administrativo, José Wilson, foram de grande valia. José Wilson foi um “grande amigo dos arquivos”, sempre participava das reuniões quando convocado e sempre prestou a maior colaboração. Ele nunca se negou a coisa alguma.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Só um adendo: à época já era fácil aplicar o Ato da Mesa nº 62?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Não era tão fácil assim, mas já nos desfazíamos de alguns documentos. Não tínhamos, digamos, medidas para dizer o que poderíamos descartar. Lembro-me de algo de que nos desfizemos e que poderíamos descartar e de algumas provas de concursos e, possivelmente, outras massas da área de finanças também. Não tenho muita lembrança do que você está perguntando, mas sei que chegamos a divulgar no Diário Oficial da União os descartes propostos, para aguardar eventuais contestações, que não ocorreram.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Considerando, então, a questão da avaliação, lá em 1988, muito próximo da norma editada pela Casa, foi também aprovada a NBR 10519, que é de avaliação, da ABNT. A Casa teve alguma influência?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Também não teve. Se houve, foi indiretamente.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Perfeito. A senhora, em 1987, foi convidada a participar de um grupo de trabalho instituído pelo Ministério da Administração para resolver o problema da colaboração na política de gestão de documentos de interesse do serviço público federal. Quais foram os frutos desse trabalho e quais as influências da arquivística da Câmara dos Deputados nesses estudos? Gostaria que a senhora falasse algo.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu batia sempre na mesma tecla: não falar em classificação de assuntos e sim em estudar as funções dos órgãos. Recentemente, tive a alegria de ouvir aqui na Câmara dos Deputados, no Dia do Arquivista (20.10.2012), a expressão "classificação funcional". Porque falar em assunto em documento arquivístico é uma tolice.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - E como a senhora vê a participação da Coordenação da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional



de Arquivos (CONARQ), criado pela Lei nº 8.159, de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** – Nas reuniões do CONARQ, a Câmara sempre se fazia representar pela Diretora da Coordenação de Arquivo do CEDI. Devo mencionar que Gracinda sempre foi muito discreta no seu apoio à minha administração, mas, quando da minha aposentadoria, tive a satisfação de verificar que ela deu prosseguimento ao que havíamos iniciado. Foi muito bom quando voltei à Câmara e vi que Gracinda continuou e até hoje está sendo implementado o Sistema de Arquivos da Câmara.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A senhora poderia retomar à criação do Curso de Arquivologia da UnB, em 1991?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu poderia dizer o seguinte: a estrutura do Curso de Arquivologia da UnB foi fruto de um trabalho, principalmente, da Profa. Heloísa Liberalli Bellotto, historiadora e arquivista de São Paulo, que se deslocava com frequência para Brasília para trabalhar naquele projeto. O Arquivo da Câmara dos Deputados não teve participação direta. Não tivemos, de forma alguma... Estávamos muito voltados para a Câmara e não para fora.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Em sua opinião, em que momentos a atuação da Casa se fez mais presente no cenário arquivístico brasileiro?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Olha, estou certa de que a Câmara esteve presente no cenário arquivístico desde a criação da AAB, em 1971. Esteve presente também em todos os Congressos Brasileiros de Arquivologia. Lembro-me que, no 8º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em Salvador, em 1990 apresentei um trabalho que teve uma repercussão enorme. Simplesmente analisei e divulguei o conteúdo do projeto da Política Nacional de Arquivos. O projeto achava-se em tramitação e o trabalho foi muito bem recebido. Posso afirmar que não tivemos participação no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade, da Resolução nº 4, de 1996, pois é fruto de metodologia e sistemática de trabalhos antigos. Em 1987 fui convidada a participar do 1º Seminário Nacional de Gestão de Documentos, como expositora, pela Diretora do Arquivo Nacional, que em



correspondência assim se expressou: “Uma vez que o empenho de V. Sa. muito tem contribuído para o avanço da arquivística brasileira...”

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Como a senhora avalia a participação da Câmara, de forma geral, no desenvolvimento da arquivística do País?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu considero que foi um acabar com a arquivística que se limitava a métodos de arquivamento e foi um ampliar de horizontes, seja pela redução da massa documental, seja pela avaliação dos arquivos com base em princípios de administração científica, seja pelo levantamento da produção documental. Eu acredito que nossa atuação foi um despertar para a nova Arquivologia, inclusive para a nova política nacional de Arquivos.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A senhora está aqui hoje participando de um projeto do Núcleo de História Oral, que foi criado em 1989. Como é que se deu essa criação? Como foram conduzidos os trabalhos?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Foi interessante. Acredito que a partir da humilde iniciativa da chefe da Seção de Documentos Audiovisuais, Julieta Feitosa e de sua colaboradora Teresinha de Jesus Teixeira. O objetivo era registrar o testemunho de diretores e altos funcionários. Nós tivemos uma batalha muito grande para recuperar o passado da Câmara em termos até de membros das várias legislaturas. Era muito curioso que, no início da República, Deputados renunciavam e daí a pouco apareciam novamente nas sessões. Como é que se dava aquilo? Eles renunciavam, mas se candidatavam em outra oportunidade e apareciam novamente. Essa nominata dos parlamentares foi um trabalho muito sério e muito bem feito pela Divisão de Arquivos Audiovisuais, mas não foi publicada até hoje. Só publicaram “Mesas da Câmara dos Deputados: 1826-1982” em 1983.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Dois anos depois da Lei nº 8.159/91, a Câmara dos Deputados baixa a Resolução da Mesa nº 29, de 1993, dispondo sobre documentos sigilosos. Isso se deu após a sua saída, mas eu queria saber como estava essa discussão antes.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Nós tínhamos um grande problema com a existência de documentos secretos, que vinham sendo assim conservados desde o Império. Obtivemos autorização para abrir os documentos mais antigos. E a



maioria desses documentos dispunha sobre questões pessoais entre parlamentares e também sobre tratados internacionais. O comum era: o tratado já estava liberado pelo Ministério das Relações Exteriores e aqui ainda constava como secreto.

Eu sei que mais tarde a Gracinda conseguiu que um ato disciplinasse a abertura desses arquivos sigilosos, sempre com a presença de um deputado. Mas nos incomodava a existência de tantas seções secretas e tão antigas, que já passavam do tempo de ser reveladas. Conseguimos, depois de batalhar um pouco, que fossem abertos os mais antigos.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Retornando à Lei nº 8.159/91, qual foi a repercussão dela institucionalmente e no Brasil?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - No meu entender, o que houve foi um despertar para a teoria das três idades. Antigamente só se falava em arquivo histórico e arquivo morto. Não se falava nas três idades: o arquivo corrente, o intermediário e o permanente. A repercussão maior foi essa. Aos poucos foram sendo criados novos cursos de Arquivologia. Na época eram só 3 (três), hoje em dia são não sei quantos mais. Enfim, já existe curso de Arquivologia até em Manaus.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Até a semana passada eram 17 (dezesete). Devem ser 18 (dezoito) agora.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Você veja que eram 3 (três) e agora são 17 (dezesete) ou 18 (dezoito) cursos. Os órgãos públicos passaram a reconhecer o valor dos documentos por eles produzidos. A fase das bibliotecas já havia passado. O primeiro impulso foi por bibliotecas nos órgãos públicos e o respeito e a responsabilidade pelos papéis dos governos afloraram com essa lei. A coisa foi de tal ordem, eu faço aqui um apelo ao CEDI: **Publicar um volume na série Documentos Parlamentares com o histórico dessa lei, inclusive com os seus antecedentes, o que é muito importante.** Quanto à documentação da criação no Legislativo, há todos os textos, no entanto a gente tem dificuldade de seguir a linha de pensamento, porque ela não está reunida num Documento Parlamentar. Vale a pena mostrar também a luta que houve do Arquivo Nacional pela modernização dos arquivos, como se verifica no Ofício nº 449/89, do Arquivo Nacional à Chefia de Gabinete do Ministro da Justiça. Vale a pena lembrar que o Arquivo Nacional



previsto na Constituição do Império de 1824 só foi criado em 1838. Então, note-se, em se tratando de arquivo, as coisas são devagar mesmo...

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - O que a senhora espera da arquivística nos próximos anos e, conseqüentemente, da participação da Câmara dos Deputados?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu posso afirmar, sem falsa modéstia, que a COARQ passou a ser respeitada e que confiavam e ainda confiam no trabalho que passamos a desenvolver. Nossa preocupação maior era reduzir, como eu já disse a massa documental sem prejudicar a informação e sem eliminar conjuntos de documentos passíveis de pesquisa e de interesse público. Atualmente o enfoque tem sido a informação.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Isso dentro da Casa. E fora?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Dentro da Casa e fora, porque a Câmara legisla sobre todos os assuntos, então qualquer pessoa pode ter interesse em vir à Câmara pesquisar até sobre a ponte Rio-Niterói. Existe documento do Império que já previa essa ponte, só que na época se discutia se seria uma ponte ou um túnel. Então na construção do Brasil em si os arquivos estão sempre presentes.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Eu acabei puxando a 37 (trinta e sete). "O que a senhora espera da Arquivística nos próximos anos e da participação da Câmara dos Deputados em seu desenvolvimento?"

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Quanto à arquivística, eu gostaria muito de ver o Arquivo Nacional (isto é uma coisa muito delicada) em novas mãos. Há que se renovar. O meu sonho é ver os arquivistas de São Paulo dirigindo o Arquivo Nacional. Isto é um pleito, mas um pleito muito delicado, porque envolve pessoas. Do ponto de vista da política de arquivos, haveria um crescimento, porque novas cabeças e novos especialistas estariam se dedicando ao assunto. A Câmara dos Deputados tem estado presente em reuniões técnicas do CONARQ e os arquivistas de São Paulo têm muito a oferecer.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Muito bem. Vamos mudar de bloco agora. Eu queria conversar sobre a história da Câmara dos Deputados mesmo. Seu ingresso na Câmara deu-se ainda quando ela funcionava



no Palácio Tiradentes, em 1956. Que diferença a senhora acha mais marcante entre as atividades da Câmara no Rio de Janeiro e, depois, em Brasília? E, com a instalação em Brasília do Arquivo, como se deu a transferência dos acervos?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Na verdade, a grande diferença estaria no espaço físico, ou seja, nas instalações. Em Brasília, os espaços são muito mais amplos, há um grande espaço. Dizem até que o Niemeyer, quando chegou ao céu, olhou e disse: *“Mas quanto espaço!”* Aqui também nós tínhamos muito espaço, diferentemente do Rio de Janeiro, onde a Câmara estava confinada a um prédio mínimo no Palácio Tiradentes. A Biblioteca passou a ser estruturada em seções e houve maior descentralização. Isto quanto à Biblioteca, na mudança. Tínhamos muito espaço, tínhamos um belo e amplo salão de leitura. O padrinho da Biblioteca foi o Deputado José Bonifácio, muito amigo e admirador da Diretora Lêda Laboriau, já falecida, infelizmente.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A senhora ouviu falar ou sabe da perda de algum documento durante a mudança?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Não. Eu não soube de perda de documentos, não, mas eu tenho uma história bastante interessante que tem a ver com os arquivos impressos da Câmara. Sei que os documentos eram acondicionados em caixas de metal, com todo o peso do metal, o que foi um erro. Porém, é possível que tenham dimensionado o peso daquelas caixas em relação à estrutura do prédio. O fato é que o Arquivo ficou no 17º andar e o Diretor era o Vieira.

Agora, eu posso relatar algo sobre a transferência dos Anais da Câmara, os arquivos impressos da Câmara. Eles faziam parte de outra Diretoria... O Diretor era o Dr. Werneck. As estantes da Biblioteca ficaram vazias e trouxeram os Anais para cá em caminhões e despejaram (*risos*) todos os volumes dos Anais, na Vila Planalto, em dois galpões, como cascalho. Despejaram lá como cascalho. E nós da Biblioteca volta e meia queríamos atender a um pedido e nos deparávamos com a seguinte situação: não conseguíamos atender aos usuários, pois faltavam os volumes da nossa coleção. A diretoria competente informava que haviam sido publicados. Conclusão: publicaram, mas não distribuíram nem para a Biblioteca da Câmara. O problema foi detectado. Eu fui encarregada de fazer o levantamento dos Anais,



organizar todo aquele material que estava lá despejado, que estava nos tais dois galpões e colocar em ordem. A Diretora da Biblioteca Lêda Laboriau autorizou. Eu podia fazer aquele trabalho, mas de forma que não prejudicasse o trabalho da Câmara. Ou seja, só podia fazer aos sábados e domingos, sem prejuízo das minhas funções. Com apoio de alguns funcionários subalternos da Câmara, procedi ao levantamento que resultou num trabalho muito útil aos pesquisadores, segundo testemunho do próprio José Honório Rodrigues. Ele achou excelente o trabalho: *Anais da Câmara dos Deputados: notícia histórico-bibliográfica*, inicialmente publicado no *Boletim da Biblioteca da Câmara*, em 1963, logo depois da mudança da capital, cujo responsável era o bibliotecário Edson Nery da Fonseca. E depois foi publicado em separata esse levantamento sobre os Anais da Câmara.

No período do Império, havia época em que se dissolvia a Câmara para depois nomear outra. Então, não havia Anais, porque a Câmara estava dissolvida. Mas nem todo mundo sabia disso e nem podia saber. Prontamente, quando estávamos atendendo, queriam consultar os Anais. Agora, mais recentemente, os Anais haviam sido publicados, mas não haviam sido distribuídos. Em outros períodos, não havia realmente os Anais porque a Câmara estava dissolvida. Foi um trabalho, modéstia à parte, também muito importante, esse levantamento.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Falando em dissolução da Câmara, o Golpe Militar de 64 trouxe alguma consequência imediata para o funcionamento do Serviço de Arquivo?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Olha, eu desconheço qualquer consequência. Desconheço. Eu creio que para o Serviço de Arquivo não houve consequências.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - E nas outras três vezes, 66, 68 e 77, quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pelos servidores? A senhora tem algum conhecimento de perseguição política?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Não. Mas também não houve solução de continuidade. Desconheço que tenha havido perseguição. Eu só me lembro da coragem do Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, que enfrentou o regime militar e declarou vaga a Presidência da República, na renúncia de Jânio Quadros, e deu posse ao Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, em plena ditadura militar. Eu



lembro bem o que ele disse: “*Japona não é toga.*” Toga é de juiz, japona é de militar. Acabou.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A senhora percebeu algum tipo de impacto das ações militares sobre o trabalho?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** – Não, eu não percebi. Sobre o nosso trabalho não houve qualquer impacto.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Como os funcionários da Câmara viveram a votação da Constituição de 1967? Como era o clima?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Em 1967?

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - É.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu não percebi. Nós, da Biblioteca, ficávamos muito ilhados, voltados para o nosso trabalho. Não tínhamos intimidade com o problema político. Às vezes, os corredores ficavam cheios, era aquele reboliço, mas nós, da Biblioteca e do Arquivo... Do Arquivo, não, porque nessa época era só Biblioteca e praticamente não havia interferência no nosso trabalho.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Com a Constituinte de 1987/1988, a senhora já estava no Centro?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Já estava.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Então, como foi a vivência do Arquivo nessa época? Houve alguma alteração para atender aos Constituintes?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Não, também não houve. Talvez tenha havido algumas pesquisas na Seção de Documentos Legislativos, para elucidar algum assunto, mas não houve maiores envolvimento.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Então, a senhora não considera que houve alguma coisa marcante?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Não considero, não.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A próxima pergunta é o sobre o trabalho do Arquivo em relação ao funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987/1988.



**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** – Agora sim, na Constituinte de 1987/1988, uma coisa foi notável: os nossos bibliotecários se evadiram do Centro, indignados com a nomeação de um diretor com que eles não concordavam. Foram trabalhar no Departamento de Comissões. Aí, sim, os bibliotecários atuaram e deram um apoio muito grande no tratamento do acervo da Assembleia Constituinte. A Câmara dos Deputados chegou a promover um Seminário: “A Nova Constituinte e as constituições estaduais, de 11 a 14 de abril de 1988, com todo o roteiro e formulários, a serem utilizados, bem como subsídios para Relatores e Secretários das Comissões, elaborado pela Seção de Documentos Legislativos, a partir da experiência de 1933/34 e 1946.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Como se deu o processo de transferência e tratamento dos acervos da Assembleia Nacional Constituinte para o Arquivo?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - O acervo da Assembleia Constituinte de 1987/1988 foi transferido em bloco, inicialmente, para a Seção de Documentos Legislativos, já que eram documentos mais recentes, posteriores a 1946. Nós também tínhamos feito um corte cronológico do arquivo histórico, que seria até 1930, e depois, de 1945 em diante, seriam os arquivos legislativos modernos, devido ao limite de datas, documentos recentes, para onde foram transferidos inicialmente. E, depois de algum tempo, esses documentos (mais recentemente) há cerca de uns 10 anos, foram entregues à custódia da Seção de Documentos Históricos. Mesmo com aquele corte cronológico que tínhamos adotado, esses documentos já nasceram históricos. Não há como pensar em tratá-los de outra forma. Então, já passaram para a Seção de Documentos Históricos.

O acervo transferido foi muito bem tratado, as pessoas reconhecem. Foram cerca de 3(três) mil caixas. Cabe lembrar mais uma vez que a Constituinte contava com a colaboração dos bibliotecários evadidos do CEDI, em face da nomeação de um diretor que não agradou aos bibliotecários. Enfim, até tenho o nome dele, mas não convém mencionar. Agora, quanto às fitas da RADIOBRAS, a Seção de Documentos Audiovisuais recebeu 207 (duzentos e sete) fitas, que vieram através do Departamento de Material e Patrimônio, onde foram recolhidas em 1989. Inicialmente foram gravadas em U-matic, depois foram passadas para DCNcam e



agora, em 2004, foram reduzidas a 33 (trinta e três) fitas de DVcam. Eram, inicialmente, 207 (duzentos e sete) fitas e estão sob a guarda da Seção de Documentos Audiovisuais.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Como a senhora vê o crescimento da estrutura da Câmara ao longo dos anos, especialmente da Coordenação de Arquivos? A senhora entende que isso pode ter afetado a relação entre servidores e Deputados Federais?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Bem, a estrutura da Câmara evoluiu no sentido da divisão de áreas: administrativa e legislativa. Havia certa competição entre o Diretor-Geral e a Secretaria Geral da Mesa, que se fazia respeitar e que contava com respaldo do Presidente da Câmara. Mas acho que a criação da Diretoria Legislativa e da Diretoria Administrativa veio minimizar esse problema.

Quanto à Coordenação de Arquivo, foi notório o crescimento e a sua atuação eficaz. Não me parece que tenha havido problemas quanto às relações de servidores e Srs. Deputados. Não havia maiores problemas.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Ao longo dos seus 35 (trinta e cinco) anos de trabalho na Câmara dos Deputados, como a senhora avalia a mudança administrativa e política da Casa e seus reflexos na área de trabalho? Em especial, algum Diretor-Geral, Secretário-Geral ou Presidente da Câmara marcou a política do arquivo?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu destacaria o apoio do Secretário-Geral da Mesa, o Paulo Affonso e do Diretor Administrativo José Wilson, que apoiou grandemente os trabalhos do Arquivo.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Havia uma relação clara ou uma boa convivência entre os profissionais do arquivo e os Deputados?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Posso me lembrar da presença assídua do Deputado Lúcio Alcântara, do Ceará, que atuou e nos deu muito apoio, principalmente quanto ao problema dos arquivos sigilosos. Ele teve uma atuação muito estreita com o Arquivo da Câmara. Valorizava o Arquivo.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Um penúltimo bloco agora de questões sobre a História de Brasília. Como a senhora percebeu e



viveu a transferência da Câmara para Brasília? Quais eram as expectativas dos servidores com a transferência?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Eu considero que o processo de transição foi tranquilo e foi amenizado, diga-se de passagem, pelo pagamento da dobradinha. Como a gente ia ganhar em dobro, então veio todo mundo mais ou menos feliz, porque pelo menos dinheiro não iria faltar, o que facilitava as idas e vindas ao Rio de Janeiro para matar as saudades.

Aceitei bem a nova Capital, embora fizesse restrições inicialmente. Eu achava que bastava abrir estradas; não precisava mudar a Capital. Mas, na verdade, há que reconhecer que o Tesouro, tendo mudado para o interior... nós deixamos de ser um país que vivia no litoral, como caranguejo, como o pessoal fala, deixamos a costa do Atlântico e viemos para o interior. Com isso, por exemplo, eu já fui três vezes a Mato Grosso, o que jamais faria se eu estivesse no Rio de Janeiro. Nem pensaria em ir a Mato Grosso, mas daqui de Brasília é perto e eu já fui três vezes, e acho muito bom. Reconheço que o grande desenvolvimento do Brasil se deve à mudança da Capital. Se nós estivéssemos lá no litoral, o Brasil não teria crescido tanto, não.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - E quais as suas impressões iniciais ao chegar à Capital? Impacto, cidade modernista...

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - O primeiro impacto era que parecia uma cidade fantasma, sem verde, sem pássaro, sem gente. Era um horror! Só barro!

Lembro-me até que, em uma ocasião... A gente andava muito de carona. Em uma ocasião, a Lêda nos levava no carro dela pelo eixo: "*Quem será aquela pessoa que está andando ali?*" A gente questionava quem era aquela pessoa.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Uma pessoa?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Uma pessoa caminhando pelo eixo já causava interesse em saber quem seria. Agora, a propósito da falta de pássaros, eu me lembro de uma campanha que foi lançada: se você vem a Brasília, traga pássaros para soltá-los aqui. Pois também não havia pássaros. Hoje em dia, os pássaros estão aí, os pássaros pretos e outros pássaros até fazendo barulho demais. (*Risos.*)

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - E quais as principais dificuldades que a senhora encontrar aqui?



**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - A primeira dificuldade que encontrei foi a diferença de voltagem. Eu vim para Brasília com meu pai. À noite, saltamos perto do apartamento que me foi destinado, na 106 Sul, onde eu passaria a residir e onde encontraria a minha mudança. As lâmpadas que colocamos nos bocais queimaram-se todas, porque a voltagem era outra. Nós não estávamos avisados quanto a isso. Então, devido a essa diferença de voltagem, a primeira noite foi com velas.

Quanto ao transporte, não havia dificuldade maior, pois havia muita solidariedade. Sempre alguém oferecia carona — uma instituição bem respeitada para quem não possuía carro. A carona era uma ótima instituição e não causava medo antigamente, em 1960. Era até curioso. A Câmara oferecia transporte por ônibus. Eu me lembro de uma ocasião em que vi uma pequena fila de pessoas esperando ônibus. Quando cheguei perto, vi que eles estavam à sombra de uma arvorezinha, uma sombra mínima. As pessoas ficavam na fila naquela sombrinha, porque não havia árvores em Brasília. Uma coisa que eu sentia era nostalgia do verde. Quando eu ia ao Rio de Janeiro, queria logo ir a parques, Parque Guinle, por exemplo, para ver árvores, porque a gente não as via em Brasília. Agora, hoje em dia, a cidade está bem arborizada.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Como era o convívio, adicionando isso que a senhora já tinha comentado, entre os funcionários aqui?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Era muito amistoso o convívio. Não faltavam convites para os almoços de fim de semana. A feijoada carioca era muito comum.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Como a senhora vê o crescimento de Brasília desde a sua inauguração?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Em 1960, quando falavam que Brasília seria uma cidade ideal para se viver após 40 anos, eu achava um absurdo. Eu achava que não. Mas, de fato, a partir do cinquentenário de Brasília, vimos que Brasília cresceu, passou a oferecer boa qualidade de vida. Curioso foi uma tarde em que fui à Imprensa Nacional e vi que já havia pessoas no ponto de ônibus, perto do Tribunal de Justiça, na Praça do Buriti. Brasília já estava ficando povoada. Eu, como



carioca, agora, não troco Brasília pelo Rio de Janeiro. Prefiro morar em Brasília, quero morrer em Brasília.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - O que motivou a sua aposentadoria após dirigir o CEDI por alguns meses? Como foi deixar um trabalho de 35 (trinta e cinco) anos de vida?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Olha, na verdade, eu estava tão feliz dirigindo o Arquivo da Câmara que me esqueci da aposentadoria. Só depois de aposentada fiz a conta. Havia ultrapassado os 40 (quarenta) anos de serviço, a idade mínima para minha aposentadoria. Quando eu era nova eu pensava assim: *“Aos 50 (cinquenta) anos eu vou estar aposentada, vai ser uma beleza”*. Mas, exercendo a Diretoria, eu esqueci-me de aposentar. Havia assumido o cargo de Diretora do CEDI, com a aposentadoria do Aristeu Gonçalves de Melo, mas o cargo foi cobiçado, inclusive por uma bibliotecária. Esqueci o nome dela. *(Risos.)* Acho que Freud explica por que esqueci o nome dela. Recomendaram que eu pedisse aposentadoria, e de fato pedi (Ato do Presidente da Câmara dos Deputados, Diário do Congresso Nacional, de 29/05/1991). Ainda fui convidada, posteriormente, para vários eventos na área de Arquivo. Lembro-me bem de um congresso na Paraíba, para o qual fui convidada com todas as honras. Ainda recentemente, o CEDOC, da UnB, me convidou para participar do lançamento de um vídeo, pois me consideram referência na área. Fui chamada muitas vezes para dar depoimento sobre a trajetória da minha vida profissional.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Bem, em todos esses anos, o que a senhora destacaria no trabalho da Câmara, em particular, do arquivo?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Destacaria a implantação do Sistema de Arquivo da Câmara, referência nacional. Podemos mencionar como destaque a repercussão de um trabalho que apresentei em São Paulo, publicado posteriormente pela FUNDAP, a Fundação de Desenvolvimento Administrativo, em 1984, que provocou forte despertar para a área de arquivo naquele Estado.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Para finalizar, qual é a mensagem que a senhora gostaria de deixar aos atuais servidores da Câmara dos Deputados, em especial aqueles lotados no Arquivo?



**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - A minha mensagem para os servidores do Arquivo da Câmara é que os objetivos de trabalho não sejam desvirtuados e que continuem a se adaptar, como já vem ocorrendo, às exigências da metodologia e práticas arquivistas em face das modernas tecnologias.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - A senhora gostaria de fazer algum comentário?

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Não, creio que não. Acho que nós esgotamos o assunto.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Então, Dona Nilza, eu gostaria de agradecer em nome do Núcleo da Coordenação de Arquivo e do Núcleo de História Oral. Sua participação vai ser com certeza muito útil.

Muito obrigado.

**A SRA. NILZA TEIXEIRA SOARES** - Obrigada a vocês. Eu achei longa demais a entrevista, até cansativa, mas tenho que reconhecer que vale a pena rever toda essa história dos Arquivos da Câmara, que é uma história inédita. Então, não foi em vão o fato de vocês terem feito tantas perguntas. E eu também me propus a respondê-las. Espero ter respondido a tudo e que vocês tenham ficado satisfeitos.

Muito obrigada.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Vanderlei Batista dos Santos) - Muito obrigado.